

A inserção do rio Tocantins na política hidroelétrica brasileira (1984-2012)¹

La inserción del río Tocantins en la política hidroeléctrica brasileña (1984-2012)

Lucas André da Luz Silva Dias

Mestrando em História
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
daluzsilvadias@gmail.com

Marcelo de Sousa Neto

Professor Doutor em História
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
marcelo@ccm.uespi.br

Recebido: 03/07/2023

Aprovado: 17/11/2023

Resumo: A expansão de grandes usinas hidrelétricas pelo curso do rio Tocantins, atrelada à periodicidade dessas construções e aos discursos utilizados para sustentá-las, conferem ao rio o lugar de nova fronteira energética brasileira. No presente trabalho, objetivamos demonstrar como esse processo se construiu, evidenciando não ser somente fruto do acaso, mas que as obras hidrelétricas na Amazônia são um projeto do Estado brasileiro. Para tais fins, utilizaremos um diálogo bibliográfico com autores que nos fazem refletir, em um primeiro momento, sobre a política hidroelétrica brasileira e, posteriormente, nos permitem problematizar a entrada do rio Tocantins nessa lógica predatória de construções de barragens. Com isso, pretendemos demonstrar a necessidade de pensarmos em novas fontes alternativas de energia, uma vez que a fonte de origem hidráulica vem transformando drasticamente as relações homem-natureza.

Palavras-chave: Tocantins; Energia; Usina Hidrelétrica.

Resumen: La expansión de grandes centrales hidroeléctricas a lo largo del curso del río Tocantins, ligada a la periodicidad de estas construcciones y los discursos utilizados para sustentarlas, otorgan al río el lugar de una nueva frontera energética brasileña. En el presente trabajo, pretendemos demostrar cómo se construyó ese proceso, mostrando que no es solo el resultado de la casualidad, sino que las obras hidroeléctricas en la Amazonía son un proyecto del Estado brasileño. Para tales efectos, utilizaremos un diálogo bibliográfico con autores que nos hacen reflexionar, primero, sobre la política hidroeléctrica brasileña y, luego, nos permiten problematizar la entrada del río Tocantins en esta lógica depredadora de construcción de represas. Con esto pretendemos demostrar la necesidad de pensar en nuevas fuentes alternativas de energía, ya que la fuente de origen hidráulico ha venido transformando drásticamente la relación hombre-naturaleza.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Bolsa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Palabras clave: Tocantins; Energía; Central hidroeléctrica.

Introdução

Ao longo da história, observamos diversas transformações em níveis locais, nacionais e internacionais. Transformações essas de todo tipo, sejam geopolíticas, econômicas, sociais, até mesmo interplanetárias, vide as constantes expedições em busca da descoberta de vida em outros planetas. Nesse texto, será realizado um mergulho em uma dessas transformações, ocorrida a nível de história da hidroeletricidade brasileira, mesclando fatores gerais e locais, e, por hora, reverberando também em aspectos internacionais, reconhecendo a conexão entre essas esferas e os eventos investigados. O presente texto se debruça sobre a transformação do rio Tocantins de uma rota comercial em jazida de energia elétrica, procurando entender em que ponto da política hidroelétrica brasileira praticada ao longo dos últimos tempos o rio supracitado passou a ser visto dessa forma.

O Tocantins é um dos maiores rios da região norte do Brasil. Tornou-se, ao longo do século XVIII, segundo Furtado (2016), um dos principais responsáveis por contribuir para a povoação territorial do estado de Goiás e da região onde está localizado o atual estado de Tocantins. De acordo com dados da Agência Nacional das Águas (ANA), o rio Tocantins conta com uma extensão de 2.400 km². Sendo o segundo maior rio totalmente nacional, ele passa pelos territórios de Goiás (onde nasce), Tocantins, Maranhão e Pará (onde se encontra a sua foz), e é operado pela própria ANA, órgão criado pelo Governo Federal em 2000 para gerir os recursos hídricos da União.

A política brasileira de investimentos em energia elétrica tem se transformado ao longo dos anos, e são justamente essas transformações o nosso alvo investigativo. Ao nosso entender, o papel dado pelo Estado à energia de origem hidráulica, por meio das usinas hidrelétricas, tornou o rio Tocantins um espaço de exploração hídrica desmedida. O rio é, antes de qualquer outra coisa, um bem público, um recurso da natureza, cabendo ao estado brasileiro zelar por sua manutenção e conservação. Porém, as constantes investidas na exploração dos seus recursos hídricos têm tornado o rio Tocantins, paulatinamente, um objeto de disputas entre vários grupos da iniciativa privada e populações ribeirinhas. Tais disputas têm o Estado como um fator preponderante, inclinando-se para um determinado lado e movendo completamente a estrutura da equação.

Nesse texto, faremos um percurso pela política hidroelétrica brasileira ao longo do século XX e início do século XXI. Com esse percurso, objetivamos demonstrar que, mesmo após os diversos danos sociais e ambientais causados pela obra de Tucuruí, a primeira usina construída no leito do rio Tocantins, em 1984, o Estado segue na sua marcha de transformação de um bem público em um reduto da iniciativa privada.

De 1995 em diante, o setor de energia elétrica no Brasil é definitivamente mercantilizado. Portanto, o texto entende o rio Tocantins como a nova fronteira energética brasileira, devido, entre outros fatores, à quantidade de usinas construídas em seu leito em tão curto espaço de tempo e, por conseguinte, ao seu suposto potencial de geração de energia elétrica apontado pelo Estado. O trabalho, dessa forma, busca demonstrar a necessidade de se idealizar fontes alternativas de energia elétrica.

A partir da UHE de Tucuruí, o rio Tocantins se transformou em um loteamento de grandes obras, trazendo, com isso, uma devastação ambiental e social sem precedentes. A envergadura das demais construções hidrelétricas contidas no rio não se assemelha a Tucuruí, ao menos em quantidade de geração de energia, mas, em compensação, a expansão das obras por diversas regiões no leito do rio Tocantins deixa, em cada uma das localidades, um cenário de degradação ambiental semelhante ao de Tucuruí.

As construções de grande porte se alicerçaram em um modelo que inicialmente preconizou o acúmulo das obras nas mãos de empresas estatais, tendo nos “Anos de Chumbo” da ditadura militar, compreendidos entre 1968 e 1974, um forte impulso no tangente ao planejamento dessas obras, é o que se pode inferir a partir dos dados apresentados por Oliveira (2018). As obras eram pensadas para sustentar a imagem pretendida pelos militares de um Estado em pleno desenvolvimento. Assim, nesse período, não chamam a atenção somente as novas obras, que passarão a ser idealizadas pelos militares, mas a magnitude dos empreendimentos sem precedentes ao que vinha sendo planejado até aquele momento. A UHE de Tucuruí, a título de exemplo, começa suas obras em 1974, apesar de ser inaugurada já quase no fim do regime. Ela é, ao nosso entender, o marco inicial nessa política que tornou o rio Tocantins um berço gerador de energia elétrica.

Apontaremos que esse potencial enxergado na bacia Araguaia-Tocantins pelo Estado, que originou as primeiras construções, é fruto de uma readequação que a política energética brasileira sofreu no fim dos anos 1980. Os rios, anteriormente utilizados como rotas comerciais e sociais,

perdem parte de sua influência com as obras rodoviárias ocorridas nas regiões norte/centro-oeste implementadas a partir de 1950, sendo necessário transferir aos rios outro tipo de protagonismo. Saindo de cena os barcos e os produtos transportados, para ganhar importância as grandes barragens, que, por sua vez, trouxeram milhares de pessoas desabrigadas.

Para os pretendidos fins, evidenciados até aqui, estabeleceremos dois tipos primordiais de diálogo nesse texto: o documental, com as normativas estabelecidas pelo Estado ao longo tanto do século XX, quanto do começo do século XXI; e um diálogo bibliográfico com autores que nos ajudam a pensar os caminhos tomados pela energia elétrica brasileira ao longo dos últimos anos. Com isso, pretendemos demonstrar a urgência de se pensar em novas fontes de energia para o atendimento das necessidades básicas da população e das indústrias, uma vez que, diante de tantos estragos causados no rio Tocantins, as usinas não devem ser consideradas alternativas únicas para suprir essas demandas.

A energia hidrelétrica brasileira de 1900-1961

As construções de origem hidráulica no Brasil apresentam, segundo Oliveira (2018), um primeiro crescimento nos anos posteriores ao Estado Novo, portanto trata-se de um conjunto de investimentos relativamente recentes. A própria definição de UHE (Usina Hidrelétrica de Energia) é ainda um tanto jovem. Cunhada, segundo Oliveira (2018), pela década de 1930, essa definição é de sumária importância para o setor, pois distingue a dimensão da obra logo pela sua nomenclatura. Existem, ainda, as chamadas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) que, como o nome em si já sugere, trata-se de uma usina de porte menor, com uma capacidade de geração de energia bastante inferior à de suas co-irmãs chamadas de UHE.

Até chegarmos na Usina Hidrelétrica de Estreito (a última construída no rio Tocantins), é preciso realizar um percurso histórico pelo século XX, período no qual o país atravessa uma crescente populacional e quando surge um movimento de industrialização bastante consolidado do ponto de vista discursivo na segunda metade do século. Ambos os fatores irão corroborar para o estabelecimento de uma política energética que privilegia a matriz hidráulica e as usinas hidrelétricas. As primeiras construções se utilizando da matriz hidráulica por meio de Usinas Hidrelétricas no Brasil foram, de acordo com Oliveira (2018), realizadas ainda no século XIX, tendo o estado de Minas Gerais como o primeiro palco para uma usina. Segundo a autora, de

1881, ano da primeira construção, até 1901, o crescimento no número de obras se deu de maneira lenta.

Até 1920, as construções estiveram restritas ao abastecimento dos próprios proponentes, no caso fazendeiros, agricultores e industriais que se utilizavam da energia para manter pequenas fábricas ou engenhos. Esse cenário se transforma gradativamente e, a partir de 1920, segundo Oliveira (2018), grandes empresas de capital norte-americano passam a deter não somente usinas, mas também linhas de transmissão, com o objetivo de já atender uma demanda crescente por energia nos principais centros urbanos do país à época (entenda-se região sudeste). A autora afirma haver, naquele período, um verdadeiro monopólio de duas empresas de capital norte-americano: Light e Amforp.

A participação do Estado nas decisões do setor até esse momento era mínima. Essas grandes empresas de capital privado, portanto, davam as cartas até o momento e ditavam as regras. Tal cenário tem uma transformação radical, no que pode ser entendido como uma primeira fase de estruturação do setor elétrico brasileiro, a partir de 1934, já sob o comando de Getúlio Vargas. É nesse período que, por meio do Decreto Federal 24.643, de 10 de julho de 1934, é criado o Código das Águas, com o objetivo de regulamentar o uso dos recursos hídricos no país e deliberar acerca das concessões em bens públicos como os rios e afluentes. A legislação anterior a essa decisão ainda estava atrelada às ordenações Reais dos tempos coloniais, e não acompanhava as investidas constantes do capital estrangeiro realizadas no começo do século XX.

A medida adotada por Getúlio Vargas tinha, portanto, a intenção clara de aumentar a participação do Estado na arrecadação, planejamento e decisões do setor elétrico. Essa decisão, para além de ter como objetivo a centralização do setor nas mãos do Estado, configura-se também como uma resposta ao contexto de domínio das empresas Light e Amforp, estabelecendo as primeiras regulamentações do estado brasileiro acerca de exploração de recursos hídricos, a matéria prima para a energia de origem hidráulica.

Apesar de as demandas energéticas brasileiras nesse período estarem contidas principalmente na região sudeste, por ser a região mais populosa, surge também no Maranhão, no nordeste brasileiro, um projeto de usina hidrelétrica. Apesar de não ser especificamente no rio Tocantins, Silva Junior (2021) entende a construção da Usina Hidrelétrica de Itapecuru, construída em 1941, na cidade de Carolina, como a primeira aventura do tipo na região banhada pelo rio Tocantins.

O rio Itapecuru está localizado na margem direita do rio Tocantins, na parte maranhense. Na década de 1940, os dois rios, e o Tocantins principalmente, serviam de base para o transporte entre várias cidades de estados circunvizinhos. Sobre esse tópico, inclusive, é interessante pontuar que, na divisa entre o então estado de Goiás e o Maranhão, havia um intenso fluxo de transporte de cargas. A cidade de Carolina, segundo Silva Junior (2021), era responsável por ser uma das principais rotas de escoamento dos produtos produzidos nos dois estados, tendo no rio o alicerce para a distribuição desses produtos pela região. Essa primeira incursão em um afluente do Tocantins demonstra que a possibilidade de utilização de um rio da região como fonte geradora de energia já fazia parte do imaginário local.

A obra foi idealizada pelo empresário Newton Carvalho, mas, devido às dificuldades em encontrar parceiros que o ajudassem através de financiamento para custear tanto as obras quanto as operações, o projeto encerrou-se no ano de 1944. A intenção da usina, segundo Silva Junior (2021), seria fornecer energia elétrica para o município de Carolina; portanto, mesmo se tratando de uma construção de menor escala, e não tendo se sustentado por muito tempo, pois não contou com os grandes aportes do capital privado, o projeto em si já objetivava inserir a população de Carolina na dinâmica da energia advinda da fonte hidráulica.

Mesmo com essa investida na região nordeste, esse primeiro momento de guinada do Brasil rumo ao intenso uso da energia de fonte hidráulica fica marcado pelos investimentos concentrados na região sul-sudeste. Ao analisarmos os trabalhos de Barmann (2007), e de Mercedes, Rico e Pozo (2015), nota-se que os dois governos de Getúlio Vargas, tanto no Estado Novo (1937-1945), quanto em seu posterior momento no poder (1951-1956), são responsáveis principalmente por colocar em marcha uma institucionalização do setor elétrico. Portanto, durante esse primeiro período de investimentos em energia de fonte hidráulica, ocorrem os passos iniciais institucionais para uma futura consolidação e, conseqüentemente, maiores investimentos estatais no setor. Nessa fase de institucionalização, a região mais atendida será justamente esse eixo sul-sudeste.

Foi durante a gestão de Vargas que estudos visando mapear os caminhos para atingir o almejado desenvolvimento foram realizados. Tanto Barmann (2007) quanto Oliveira (2018), apontam a influência dos Estados Unidos nessa guinada do Brasil rumo à hidroeletricidade. Segundo os autores, após algumas expedições norte-americanas, ainda durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, relatórios foram publicados abordando as possibilidades do país se

desenvolver economicamente, e o potencial de investimentos em energia através dessa fonte ganhava contornos de alternativa mais recomendada pelos estudiosos norte-americanos.

Um dos documentos mais simbólicos dessas missões norte-americanas no Brasil, sem dúvidas, é o relatório final da Missão Cooke (1949), encomendada pelo governo brasileiro ainda em 1942. O documento possuía a intenção de planificar o desenvolvimento econômico brasileiro. No relatório final, escrito pelo engenheiro responsável pelos estudos, Morris Llewellyn Cooke, o governo brasileiro é repreendido por ter realizado uma política de freio aos investimentos de capital estrangeiro no setor elétrico, sendo esse um dos fatores apontados pelo estudo como responsáveis por “atrasar” o desenvolvimento da eletricidade no Brasil.

Atrelado a esses estudos, ocorria, na região sudeste, uma crise na distribuição de energia, ocasionando racionamentos e até mesmo interrupção total do fornecimento de energia elétrica. Esses acontecimentos acabaram por direcionar o Estado brasileiro a investir cada vez mais na política de hidroeletricidade para suprir a demanda por energia e a necessidade de “crescimento” econômico, fazendo, dessa forma, uma aposta em um improvável desenvolvimento econômico advindo de investimentos na energia hidrelétrica. Esse contexto de pressão de todos os lados é pontuado, pelos dois autores citados anteriormente (Bermann (2007) e Oliveira (2018), como preponderante para os investimentos massivos na estatização do setor elétrico, empreendidos principalmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Essa pressão advém também do contexto pós Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Os países da chamada periferia mundial necessitavam, na visão desenvolvimentista predominante na época, explorar seus recursos naturais em uma busca desenfreada para saltar de posição na geografia econômica mundial. É sob esse contexto que, nos anos seguintes, até o fim do regime militar em 1985, a infraestrutura do país será modificada por grandes obras.

Outro aspecto que deve ser ressaltado em todo esse período pós Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, são os financiamentos internacionais e a esperança que eles pudessem ocorrer por parte do governo brasileiro. Segundo Bermann (2007), após as realizações das missões e os estudos técnicos publicados, ainda na década de 1940, o governo brasileiro esperava um investimento por parte do capital privado norte-americano para, assim, atender às demandas citadas nos relatórios e abrir espaço para os investimentos privados, dessa vez caminhando em “parceria” com as empresas públicas. De certa forma, esse investimento chegou,

alguns anos depois dos relatórios, mas chegou. O Banco Mundial, foi um dos principais “parceiros” do estado brasileiro em sua verdadeira saga rumo ao ansiado desenvolvimento.

Segundo Ribeiro (2012), em meio a esse contexto geopolítico, a figura do Banco Mundial se estabeleceu como a principal instituição de fomento ao desenvolvimento do mercado capitalista. Grande parte desse destaque veio, justamente, ao fornecer subsídios para grandes obras de países periféricos, como o Brasil, que precisavam, na ótica de mercado, explorar suas riquezas naturais em busca de alavancar a economia. Esse pensamento ditou o tom da política energética brasileira nos anos seguintes, por meio dos estudos de viabilidade e dos investimentos em construções de usinas hidrelétricas.

Há, portanto, uma continuidade entre as grandes obras de infraestrutura iniciadas a partir do governo de Juscelino Kubitschek e expandidas durante o regime militar iniciado em 1964. Essas obras abriram espaço para uma nova conformação do olhar empregado pelo estado brasileiro aos seus rios, e principalmente aos rios da região Norte. No entanto, primeiro, é preciso apresentar, de maneira breve, algumas dessas obras e sua influência nesse cenário de constantes investimentos na energia hidroelétrica.

A infraestrutura e energia no Brasil de Juscelino

Em seu Plano de Metas (1958), o presidente Juscelino Kubitschek definiu em quais setores o Estado faria maiores e menores investimentos. A infraestrutura de um modo geral recebeu maiores atenções, e obras como estradas, rodovias e ferrovias estiveram no centro do plano. O setor de energia não ficou atrás: na esteira dessas ideias, por meio de uma parceria entre iniciativa privada e empresas estatais, as obras de algumas hidrelétricas já foram iniciadas. A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), criada por Kubitschek em 1952 - período no qual era governador de Minas Gerais - iniciou, no ano de 1958, a construção da UHE de Furnas. Oliveira (2018), aponta que a usina foi a primeira no país a ultrapassar a marca de mil Megawatts (MW) de potência geradora.

Nesse período, algumas outras usinas foram construídas ou ampliadas na região sudeste do país (Piratininga, Peixoto, Três Marias e Cubatão), convertendo a Cemig, responsável por algumas dessas obras, na empresa estatal do setor com maior destaque nesse momento. Segundo Oliveira (2018), os investimentos em energia elétrica tiveram um aumento significativo na década de 1950. Em dados colhidos pela autora, tendo o período de 1901 até 2017 como recorte mais

amplo, no período entre o último governo de Vargas, o mandato de Juscelino e os dois primeiros anos do governo de João Goulart, há uma escalada no número de construção de UHE. Esse período aparece na terceira posição no número de construções de usinas hidrelétricas na história do Brasil, com 58 usinas construídas.

O governo de Juscelino foi o responsável por diversificar os investimentos na área de energia elétrica por outras partes do país, apesar de haver concentração notória na região centro-sul. É tanto que, ao analisar os dados contidos no Cadastro de Empreendimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pode-se perceber a predominância de construções de usinas na região sudeste, entre 1950 e 1970. Entretanto, já aparecem nesse recorte temporal os frutos das expedições norte-americanas: se inicia nesse período a exploração do vale do Rio São Francisco, na região nordeste, indicada pelos relatórios como essencial para desenvolver o setor no país. Ainda que de maneira tímida, nesse período, nota-se a construção de usinas na região, operadas através da recém-criada Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), uma empresa estatal fundada com vistas a planejar e operar as usinas no vale do rio de mesmo nome.

A primeira usina construída pela Chesf foi a que inaugurou o complexo de usinas de Paulo Afonso, no estado da Bahia, em 1955, aproveitando o vale do rio São Francisco. Paralelamente ao início dessas construções, está a criação de Brasília, no ano de 1960. A criação da nova capital no governo de Juscelino Kubitschek visava atender o objetivo de povoar a região oeste do país, fazendo com que ocorresse uma verdadeira corrida para as imediações da recém-criada capital com a vinda de pessoas de vários lugares do Brasil, em busca de melhores condições de emprego e renda.

A criação de Brasília, e a conseqüente narrativa de povoamento da região oeste do país (o chamado Brasil central) transformou também o papel dos rios dessa região. No caso do rio Tocantins, utilizado até então como uma importante via de transporte interestadual para ligar os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, a situação irá mudar bastante. O rio verá seu protagonismo ser gradativamente sugado pelo processo de industrialização brasileiro implementado após a construção da capital.

A construção de Brasília e o seu conseqüente atrelamento às construções rodoviárias (Belém-Brasília, Brasília-Rio Branco e a BR-020) tudo em muito pouco espaço de tempo, serviram para contribuir na direção de povoar cada vez mais o Brasil central “retirando” a região

de um suposto “atraso”. Com isso, transformou-se radicalmente o olhar do Estado brasileiro sobre o rio Tocantins e os demais rios da região norte: os rios não serão mais uma rota comercial, mas sim um canteiro de obras para produção de uma já mercantilizada energia elétrica.

Essa nova perspectiva do Estado brasileiro é fruto da política energética voltada para construções que preconizam a matriz hidráulica em gestação desde os primeiros anos de Getúlio Vargas, em 1934, que passou por várias fases até se consolidar como uma locomotiva de obras. Dentre essas fases, cabe recapitular alguns movimentos importantes, tais como os decretos reguladores das explorações hídricas; as visitas técnicas dos norte-americanos; o início das obras realizadas pela Chesf, no São Francisco; a construção de usinas pela Cemig, no sudeste; e, por fim, a criação da Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS), em 1961.

Após a criação da Eletrobrás, o número de obras irá aumentar exponencialmente, inaugurando, dessa maneira, o que podemos chamar de segunda fase do avanço da hidroeletricidade na história da política energética nacional. Desse segundo momento em diante, o rio Tocantins, junto com a região norte, serão os “escolhidos” para contemplar essa tentativa de desenvolvimento energético e social. Assim, a guinada do rio Tocantins rumo a ser palco de várias construções para produção de energia elétrica teve no extensivo processo de povoamento da região centro-oeste do país um de seus alicerces. A construção de grandes rodovias cortando a região (Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Belém-Brasília), apesar de serem obras inauguradas em anos diferentes, contribuiu para alimentar a narrativa dita anteriormente, de retirar a região central do país do suposto “atraso”.

Segundo Silva Junior (2021), a contribuição dessas obras é decisiva para uma nova ordenação das cidades ribeirinhas. Pode-se entender essas construções como responsáveis por acelerar o processo de despovoamento de várias dessas cidades margeadas pelos rios. As cidades portuárias tinham sua economia baseada no comércio proporcionado pelas rotas de navegação do Tocantins, por exemplo. Portanto, a partir do momento em que ocorre a implantação de um outro tipo de rota e o crescimento dos investimentos ferroviários para escoação de produtos, essas cidades sofrerão com o êxodo de moradores.

Apesar das transformações no rio Tocantins e demais rios da região norte virem a acontecer de maneira mais clara nos anos do regime militar, é notório que a política de investimentos na construção de usinas hidrelétricas para alimentar o setor elétrico brasileiro avança no governo de Juscelino Kubitschek. Segundo Schalleberger e Schneider (2010), a

principal diferença entre as ideias Vargasistas e de Juscelino são as formas de desenvolvimento pensadas para o país: enquanto em um primeiro momento tínhamos uma ideia de desenvolvimento centrado na figura do Estado, passamos a ter um desenvolvimento alicerçado pelo capital estrangeiro em parceria com os investimentos estatais. Configurando-se em uma parceria entre os diferentes tipos de capital (estatal e privado).

No intuito de realizar uma espécie de diálogo com essas duas formas, os militares farão com que o Estado seja o principal promotor de investimentos do setor elétrico a partir de 1964. É através da Eletrobrás que os presidentes militares darão início a uma segunda fase de fortes investimentos em obras hidrelétricas, visando, dentre outros aspectos, utilizar essas obras exploratórias dos recursos naturais como propaganda do regime.

A título de recapitulação, estamos chamando de primeira fase de investimentos do Estado no setor elétrico, o momento de intervenção do Estado na planificação e estruturação do setor que se dá a partir do Código das Águas em 1934, junto aos primeiros projetos idealizados com essa ótica já no governo de Juscelino. Já a construção e diversificação das obras hidrelétricas de grande porte realizadas pelos militares, principalmente a partir da Eletrobrás, configuram uma segunda fase.

Essa segunda fase, a qual abordaremos desse momento em diante, é quando as obras na região norte saem do plano das ideias e se transformam em grandes construções, tendo a UHE de Tucuruí como pioneira. Alterando, dessa forma toda a geografia do rio Tocantins e, de certa maneira, alterando os rios da região amazônica como um todo. Porém, deter-nos-emos ao rio Tocantins, por entender que os processos de construções empregados sobre esse rio têm sido absolutamente desmedidos e intensivos, tornando-o uma fronteira energética brasileira.

Rio Tocantins – a nova fronteira energética brasileira

Segundo Oliveira (2018), após as construções de usinas se concentrarem na região sul e sudeste, em um primeiro momento, surge a necessidade de expansão massiva para outros pontos do país. Daí os investimentos encaminham-se para a região amazônica. Esse movimento de deslocamento das construções é acompanhado pela narrativa citada pela autora e por Bermann (2007), de realizar investimentos na economia do Norte. É alicerçado sobre essa ótica, que o Estado irá começar a expandir as construções pela região amazônica. Dito de outro modo, a região Norte possui, na visão do Estado, um grande potencial de geração hidroelétrica, junto à

necessidade de desenvolvimento e integração ao restante do país. Portanto, fariam-se necessárias as construções como via para possibilitar essa integração.

Do ponto de vista do discurso governamental, seria uma espécie de relação “ganha-ganha”, tanto para a região, que teria um suposto desenvolvimento, quanto para o país, necessitado cada vez mais da geração de energia elétrica. É com esse pano de fundo que, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí tem início em 1974. A obra é inaugurada em 1984, dez anos depois do início das obras, tornando-se a primeira usina de grande porte construída ao longo do rio Tocantins. De acordo com dados de controle de usinas da ANEEL, a usina é a terceira maior em capacidade de geração do Brasil: com 8.535 MW de produção. Se tratarmos apenas de usinas dentro do território nacional, ela salta nesse ranking para segundo lugar, somente atrás de Belo Monte, inaugurada em 2012. Portanto, trata-se de um grande empreendimento, com dimensões proporcionais ao rio escolhido.

De acordo com Acsehrad (1991), a usina hidrelétrica de Tucuruí impactou uma área de aproximadamente 2.600 km, deslocando, devido à enchente decorrente da formação do lago de represa, entre 6 e 10 mil famílias. Esses grupos eram compostos, segundo o autor, de ribeirinhos que tiravam seu sustento da vida nas margens do rio; tal população teve de mergulhar em outros contextos, como o agrícola, com o qual não estavam familiarizados. O autor alerta ainda, para uma das consequências primeiras da usina: o fortalecimento das madeiras ilegais na região, aumentando, dessa maneira, o desmatamento nas margens do rio Tocantins.

Como indicado anteriormente, a construção da Usina faz parte de um planejamento elaborado pelo Estado brasileiro desde os anos 1960, segundo apontam Congilio e Silva (2019). Grandes empresas de minério se instalaram na região durante os anos 1970, pertencentes ao projeto Grande Carajás, como parte da aceleração do plano de integração da Amazônia empreendido na ditadura civil-militar. A Usina é, portanto, pensada, dentre outras coisas, para dar suporte às empresas de minério instaladas na região, participantes do empreendimento Grande Carajás. A energia elétrica é uma das principais bases para a extração do minério, bauxita e alumínio.

Assim, o projeto objetivava não somente levar o suposto desenvolvimento para a Amazônia, mas também povoar os núcleos urbanos da região. Pode-se, a partir disso, observar as estratégias utilizadas pelo governo para incentivar investimentos na Amazônia, por meio,

principalmente, da extração das riquezas naturais contidas na região, entendendo-as como barganhas comerciais.

A ênfase na Usina Hidrelétrica de Tucuruí se faz necessária principalmente pelo momento em que a construção é realizada. A obra inaugura um período no qual os investimentos com objetivo desenvolvimentista na região amazônica começam a ganhar contornos mais visíveis e palpáveis. É necessário empreender na direção de entender a UHE de Tucuruí, não apenas como mais uma dessas várias construções feitas nesse período, na região, mas, como símbolo dessa política. Ela marca, dessa maneira, o caminho que viria a ser seguido nos próximos anos.

De acordo com levantamento de Oliveira (2018), no período do regime militar, o Brasil se tornou um dos maiores construtores de UHE do mundo, sendo, nesse momento, levantadas 61 usinas. Isso resulta em uma média de praticamente três usinas inauguradas por ano. Apesar de, no referido momento, a Eletrobrás ser a responsável pela maioria dessas obras, fica evidente que os investimentos na fonte hidráulica, e a chegada dessas construções na região amazônica, atendem às sugestões apresentadas anos antes pelas missões norte-americanas de converter o setor de energia elétrica em um mercado.

Ocorreu nessa época, junto com o impulsionamento da Eletrobrás, um fortalecimento das empresas estatais estaduais ligadas a ela. Em 1973, dois anos antes do início das obras em Tucuruí, é criada a subsidiária da região norte, a Eletronorte. Criada com a função de planejar e gerir os futuros empreendimentos na região, também corresponde à Eletronorte realizar distribuição de energia. A criação da empresa fortaleceu mais ainda os investimentos governamentais na Amazônia. Segundo dados do portal *Memória da eletricidade*, quando a Eletronorte é criada, a região norte possuía apenas 2% de geração de energia elétrica. Aumentar esse número a partir da exploração de riquezas naturais da Amazônia, seria, portanto, um dos principais objetivos da recém-criada empresa.

Após a inauguração da UHE de Tucuruí, em 1985, já existia no horizonte um processo de afrouxamento da política de repressão. Os primeiros anos da redemocratização foram marcados, no setor elétrico brasileiro, por uma espécie de simbiose entre procurar distanciamento da operação e construção de usinas e, ao mesmo tempo, criar mecanismos estatais para supervisionar, normatizar e fiscalizar o setor. É dessa maneira que podem ser entendidas as criações, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), da ANEEL e da ANA. A primeira, criada em 1997 com o objetivo claro de buscar uma regulamentação do setor elétrico

em termos de distribuição, planejamento e liberação de construções de grande porte; já a segunda instituição, de certa maneira, vem na esteira do antigo Código das Águas, criada em 2000 e passa administrar os rios da união, sendo dessa forma responsável por conceder licença para possíveis explorações dos recursos hídricos em todo território nacional.

Oliveira (2018) aponta que, entre o final do regime militar e o início do governo de Fernando Henrique, acontece uma espécie de “virada ambiental”, não somente no Brasil, mas no mundo de um modo geral. A sociedade começa a perceber e denunciar os desarranjos causados por obras de grande porte, como a já citada UHE de Tucuruí. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), portanto, almeja o equilíbrio entre as crescentes contradições dessas obras e o desejo de conceder mais espaço para a iniciativa privada explorar os recursos naturais da união.

Esse momento do final do século XX para início do século XXI pode, então, ser entendido como um período de reestruturação do setor elétrico brasileiro. Caracterizado justamente pelo incentivo ao livre mercado de um lado e a criação de órgãos gestores e reguladores do outro, as usinas terão novamente outra fase de profundo crescimento, a partir de uma nova onda de investimentos do capital estrangeiro. Dessa vez, sendo os protagonistas das obras, ou seja, os seus construtores e fiadores.

Os anos 1990 consolidaram o rio Tocantins como um verdadeiro canteiro de obras. É nesse período que alguns dos projetos mais massivos são elaborados. A UHE de Luís Eduardo Magalhães e a UHE de Estreito, duas das maiores em capacidade geradora de energia instaladas no rio, deram seus primeiros passos efetivos na direção de uma construção nesse período. A primeira teve, de fato, suas obras iniciadas ainda nos anos 1990, mais precisamente em 1998. Aliás, esse mesmo ano marca a inauguração da segunda usina no curso principal do rio Tocantins: UHE de Serra da Mesa, que conta com uma capacidade de geração na casa dos 1.275 MW de potência, tendo seu reservatório localizado na região do alto rio Tocantins, no município de Minaçu, estado de Goiás. Segundo Andrade (2002), o lago originado pela construção da usina tem em torno de 1.780 km. A autora afirma também que a região possui índices baixos de desenvolvimento econômico, apontando, dessa maneira, para uma estratégia antiga, mas recorrente, do Estado brasileiro.

Segundo Bermann (2007), para seguir na busca por viabilizar as construções de grande porte, principalmente na região amazônica, mesmo após as consequências ambientais dessas obras começarem a aparecer, a retórica do Estado brasileiro continuou a ser basicamente a

mesma. Ou seja, atrelar as obras a uma integração da região receptora com o restante do país, visando uma suposta integração nacional por meio das construções. Em outras palavras, uma determinada região, como Minaçu, ao receber uma obra de grande porte, como o caso da UHE de Serra da Mesa, estaria se tornando atrativa para investidores, e a construção iria, por assim dizer, “desenvolver” toda a região em seu entorno.

Tendo seu alicerce na narrativa de integração das regiões receptoras das usinas, com a dinâmica capitalista nacional, as construções seguem no rio Tocantins no início do século XXI. O ano de 2001 traz a inauguração das comportas da UHE de Luís Eduardo Magalhães, mas também o leilão de concessão da UHE de Estreito. E assim, ao longo dos anos seguintes, as novas usinas na região foram surgindo. Em 2004, é inaugurada a UHE de Cana Brava, em 2006 a UHE de Peixe Angical, 2009 recebe a UHE de São Salvador, e, no ano de 2012, terminam as obras da UHE de Estreito.

Portanto, é possível observar que, em um espaço de 14 anos, são inauguradas ao longo do rio Tocantins 6 usinas hidrelétricas. Essa onda de construções iniciada nos anos 1990, com os projetos sendo aprovados e tendo suas inaugurações nos anos 2000, marcam de vez o rio Tocantins como uma nova fronteira energética brasileira. O Estado brasileiro passa a empregar outra função ao rio: anteriormente palco de uma intensa rota de escoamento da produção de alimentos e utensílios, agora será visto como um dos principais meios de geração de energia de fonte hidráulica do país.

As construções não pararam, uma sucedeu a outra. Tudo isso ocorreu apesar de os efeitos à biodiversidade e aos povos ribeirinhos serem notados em cada uma dessas localidades. Os estudos de viabilidade hidroelétrica na região norte do país não dão sinais de desaceleração, segundo aponta Bermann (2007). De acordo com o autor, dados levantados pela Eletrobrás e ANEEL, respectivamente em 2005 e 2007, apontavam para um potencial gerador de energia na região norte na casa dos 70%, e grande parte desse potencial estaria concentrado na bacia do Rio Amazonas e na bacia Araguaia-Tocantins.

É esse “potencial” que vem, ao longo dos últimos anos, sendo constantemente alvo de exploração. O rio Tocantins transformou-se, de uma ferramenta de conexão entre cidades circunvizinhas em termos regionais, em uma locomotiva desenfreada de erguer hidrelétricas. Os empreendimentos são, no geral, pomposos em todos os sentidos, inclusive com relação à

destruição ambiental causada pelas obras, mudando a sua paisagem, o seu leito natural e as vidas das populações que dele dependem para sobreviver.

Considerações finais

O começo do século XXI tem sido marcado por uma erupção das discussões acerca dos desastres ambientais provocados pelo homem ao longo do tempo. Consequentemente, a história ambiental tem, cada vez mais, ganhado protagonismo dentro das humanidades, justamente por refletir e propor caminhos para a superação dessa avalanche de catástrofes financiadas principalmente pelos desmedidos avanços do capitalismo predatório.

Nesse sentido, este trabalho se insere em mais uma dessas incursões da história ambiental, na busca por evidenciar os danos provocados pela mercantilização dos recursos naturais, e procura acender o alerta sobre o futuro dos demais rios da região norte, principalmente o rio Araguaia. O rio tem sido alvo de estudos de viabilidade para futuras usinas hidrelétricas e o desmonte do seu vizinho Tocantins não é um fato isolado, é muito mais do que isso.

É sabido que as usinas hidrelétricas se tornaram uma política de estado no Brasil, não necessariamente importando as correntes ideológicas que se alternam no poder. Como vimos ao longo desse texto, essa crescente das construções passa diretamente por ignorar as suas consequências socioambientais, e os maiores afetados são as populações ribeirinhas que veem seus saberes e vivências geracionais, construídos às margens de um rio, sendo completamente ignorados.

A realidade do estado do Tocantins nos permite dizer que as cidades ribeirinhas que cortam o estado são cidades de rio. Ou seja, a história dessas cidades se entrelaça diretamente com a existência de um rio nas suas margens. Porém, o progresso galopante idealizado pelo Estado brasileiro, desde o Código das Águas em 1934, vem esfacelando essas realidades e transformando a conjuntura socioespacial de cada uma dessas localidades que abrigam ou são atingidas pelas UHE. Aos poucos, portanto, o rio Tocantins, segundo maior rio 100% localizado em território nacional, vai se transformando em uma grande represa, servindo aos interesses da iniciativa privada que, ao fim e ao cabo, é a grande fiadora desses projetos.

Dessa forma, pretendemos, com esse trabalho, expor a investida desmedida realizada no rio Tocantins por meio das construções de hidrelétricas que tem feito o Estado brasileiro na parte

pensante dos projetos (com os estudos de viabilidade) e a iniciativa privada na parte operacional (através das construções e operações). Entendemos que o ocorrido no rio Tocantins precisa servir de exemplo para que a sociedade brasileira reflita criticamente acerca do futuro das fontes de energia que são utilizadas e propagandeadas pelo estado. É necessário encontrarmos fontes de energia que verdadeiramente sejam sustentáveis e promovam uma convivência pacífica entre meio ambiente e sociedade.

Referências bibliográficas:

ACSERALD, Henri. Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí. **Revista De Administração Pública**, v.25(4), p. 53 a 68, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8897>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ANDRADE, Maria Soraia De. **O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem**. 2002, 266f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22042003-162440/pt-br.php>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Revista estudos avançados**, v. 21, n. 59, abril. p. 139-153, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PHk7yHnkGkM6DzytNpNT8WB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRANDI, Paulo. **Eletronorte completa 48 anos**. 2021. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/artigos/57831/eletronorte-completa-48-anos>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico. **Tocantins**. Brasília, ANA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **CONSULTA AO CADASTRO DE EMPREENDIMENTOS DA ANEEL COM OS RESPECTIVOS CEG**. Brasília, ANEEL, 2022. Disponível em: https://www2.aneel.gov.br/scg/Consulta_Empreendimento.asp. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Usinas e agentes de geração**. Brasília, ANEEL, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOjR9>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1934.

CONGILIO, Celia Regina; SILVA, Alana Pereira Da. USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ: história, memória e persistência dos impactos socioambientais e das lutas dos atingidos pela barragem. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019. São Luís. **Anais eletrônicos** [...] São Luís, 2019. p. 1-12. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/anais.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COOKE, Morris L. **A Missão Cooke no Brasil**. Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949.

FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII). **Tempo**. Niterói, online, Vol. 22 n. 40. p. 367-399, mai-ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/CWbjT5Vjw7jmdJWPSWth7CD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KUBITSCHER, Juscelino. **Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento**. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1958.

MERCEDES, Sonia Seger Pereira; RICO, Julieta A. P; POZZO, Liliana de Ysasa. Uma revisão histórica do planejamento do setor elétrico brasileiro. **Energia elétrica**, n. 104, p. 13-36, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/106750>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, mai-ago 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. **Das missões à comissão:** ideologia e projeto desenvolvimentista na "missão abbink" (1948) e da comissão mista brasil-estados unidos (1951-1953). 2012, 240f. Dissertação. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SCHALLENBERGER, Ernelo Elisa; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**, v. 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 202-222. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/17741>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira. **Os que chegam e os que saem:** memória e identidade nos des-locamentos provocados pela UHE de Estreito – MA/TO (2007-2012). 2021. 309f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.